

Comissão dos bancos vem checar dívida na sexta-feira

Para "adiantar" as negociações em torno do pacote da dívida externa — que envolve a prorrogação das linhas de financiamento comerciais e interbancárias e o reescalonamento do principal da dívida vencida em 1985 e a parte que vencerá neste ano — chegará na próxima sexta-feira a Brasília um grupo de seis funcionários de bancos credores do Brasil. A informação antecipada ontem cedo pelo ministro da Fazenda Dilson Funaro, no programa "Bom-Dia Brasil", da Rede Globo, foi confirmada à noite pelo Banco Central.

Em consequência, o diretor para Assuntos de Dívida Externa do BC Antônio de Pádua Selxas, adiou sua viagem a Nova York, antes prevista para segunda-feira próxima, para uma data ainda não fixada. A comissão de técnicos e advogados dos bancos credores, segundo o BC, integra uma subcomitê de reempréstimos, criado recentemente no âmbito do Comitê de Assessoramento da Renegociação da Dívida Brasileira.

O grupo estrangeiro trabalhará no BC durante o final desta semana, e não terá poder decisório, segundo o Banco Central. Não estará aqui para monitorar a economia brasileira, conforme disse o presidente do BC, Fernão Bracher, em entrevista, na segunda-feira.

A redução do spread (taxa de risco), cobrado pelos bancos internacionais ao Brasil, deverá ser obtida em consequência dos resultados positivos alcançados pela economia brasileira em 1985, com a retomada do desenvolvimento econômico e redução dos níveis de desemprego, apesar da persistência de elevada taxa de inflação. Segundo representantes de bancos estrangeiros com filiais no Brasil, o desempenho da economia brasileira constitui um fator altamente positivo para que as reivindicações do país sejam agora consideradas mais favoravelmente pelos bancos credores.

Contudo, eles advertiram que o governo está alardeando vitória antes do tempo, ao dar como certa a diminuição do spread e a fixação das taxas de juros baseada na libor (taxa interbancária no mercado londrino) e não na prime-rate (taxa preferencial dos bancos norte-americanos). Tanto o ministro Dilson Funaro, como o presidente do Banco Central, Fernão Bracher, afirmaram que o Brasil já obteve dos banqueiros internacionais a concessão daquelas duas condições, o que ainda não ocorreu de fato.

Também o fato de que o Brasil vem pagando em dia os juros da dívida externa foi apontado como um dos fatores que contribuem pa-

ra um posicionamento menos rígido dos bancos credores em relação às pretensões brasileiras. A troca da prime-rate pela libor é encarada como superficial pelos representantes daqueles bancos, porque as duas taxas se equipararam.

Para os representantes de bancos estrangeiros no País, é certo que qualquer negociação mais ampla sobre o pagamento da dívida externa brasileira exigirá o aval do Fundo Monetário Internacional (FMI). Os bancos credores não abrirão mão da exigência de contarem com a auditoria do FMI sobre as contas brasileiras e, por isso, não se contentarão apenas com garantias apresentadas pelo governo Sarney.

Renegociação

Em sua avaliação, o Conselho Superior de Economia da Fiesp não vê motivos de preocupação com a balança comercial que se poderá igualar a 85 ou, na pior hipótese, cair para US\$ 10,5 bilhões. A política cambial também oferece segurança para os investidores exportadores e a renegociação da dívida externa parece definida.

Para os membros do conselho, se for atingido o objetivo de spread razoável (1 1/8 igual ao do México) estará ótimo. Pedro Conde acredita que o resultado da negociação foi o desejado, principalmente porque

não terá o monitoramento do FMI. Essa também é a opinião de Bardella, que vê com alívio a não ameaça de uma política excessiva do FMI.

O principal mérito da renegociação, para Bardella, foi alterar as taxas de juros de prime para libor, o que dá um ganho imediato de 1%. Ele lembrou que maior parte dos empréstimos foi contraída em moeda européia, devendo ter sido calculada em libor, mas os banqueiros nas negociações de 82 impuseram a prime. Apesar de não definido o spread, Bardella supõe que a renegociação está na reta final.

Já o novo membro que retorna ao Conselho após deixar a direção do Banco Central, Afonso Celso Pastore, diz que o Brasil não fechou nenhum acordo, pois a situação está indefinida e o plano não foi detalhado. Só houve, em sua opinião, a prorrogação dos projetos três e quatro da dívida referente às linhas de crédito bancária e comercial. "A prorrogação de curto prazo não implicava em aval do FMI porque o Brasil já havia feito anteriormente o mesmo esquema por 90 e 120 dias, agora com o prazo mais dilatado, a fase mais difícil começa em março, quando serão definidos os termos de renegociação do projeto dois que é a rolagem do principal da dívida. Pelo que sei, os bancos não fecharam acordo nenhum."